



Estratégia
Carreira Jurídica

SIMULADO **PGM VITÓRIA**



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 - Esta prova é focada no concurso da PGM - Vitória;
- 2 - A prova contém **80 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 - **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca examinadora do concurso, a VUNESP.
- 4 - Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 - Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 - **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PGM-Vitória-07-03-20>

Cartão de Respostas					
1		21		41	61
2		22		42	62
3		23		43	63
4		24		44	64
5		25		45	65
6		26		46	66
7		27		47	67
8		28		48	68
9		29		49	69
10		30		50	70
11		31		51	71
12		32		52	72
13		33		53	73
14		34		54	74
15		35		55	75
16		36		56	76
17		37		57	77
18		38		58	78
19		39		59	79
20		40		60	80

PROVA OBJETIVA**DIREITO ADMINISTRATIVO**

01. No tocante às relações do Estado com os agentes públicos, é correto afirmar:

a) Pela teoria da representação, o agente público é mandatário da pessoa jurídica, mas não explica como o Estado, que não tem vontade própria, pode outorgar o mandato.

b) Pela teoria do mandato, a pessoa jurídica manifesta a sua vontade por meio dos órgãos, de modo que quando os agentes que os compõem manifestam a sua vontade, é como se o próprio Estado o fizesse; substitui-se a ideia de representação pela de imputação.

c) Pela teoria da representação, pode-se definir o órgão público como uma unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado.

d) pela teoria da representação, o agente público é representante do Estado por força de lei equipara-se o agente à figura do tutor ou curador, que representam os incapazes.

e) A teoria do mandato considera a existência da pessoa jurídica e do representante como dois entes autônomos, a teoria do órgão funde os dois elementos, para concluir que o órgão é parte integrante do Estado.

02. O ajuste celebrado entre entes federados, precedido de protocolo de intenções e aprovação legislativa, no qual delegam a gestão associada de serviços públicos e a realização de objetivos de interesse comuns, de conformidade com as normas legais, as cláusulas do protocolo e as do próprio contrato, inclusive as cláusulas que definem a sua personalidade jurídica, como associação pública de direito público ou como pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, é denominado de:

a) convênio.

b) contrato de gestão.

c) consórcio.

d) termo de parceria.

e) protocolo de intenções

03. Com relação aos atos administrativos, é correto afirmar:

a) A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou anulá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

b) A revogação é a extinção do ato administrativo perfeito e eficaz, com eficácia ex nunc, praticada pela Administração Pública e fundada em razões de interesse público.

c) Ato administrativo vinculado que tenha vício de competência não poderá ser convalidado por meio de ratificação.

d) A autoexecutoriedade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.

e) A finalidade é o atributo do ato administrativo que se refere ao efeito jurídico imediato produzido pelo ato.

04. Mauro, servidor público municipal, submetido ao Regime Geral de Previdência, ajuizou ação em face do Município, pedindo para que fosse declarado que ele não deve pagar contribuição previdenciária sobre os valores que recebe a título de terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade. Nesse caso, a ação deverá:

a) ser julgada parcialmente improcedente, uma vez que incide contribuição previdenciária sobre como terço de férias e serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade.

b) ser julgada parcialmente improcedente, uma vez que incide contribuição previdenciária sobre adicional noturno e adicional de insalubridade.

c) ser julgada improcedente, pois incide contribuição previdenciária sobre terço de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade.

d) ser julgada improcedente, visto que não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público.

e) ser julgada procedente, visto que incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público.

05. No que diz respeito aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

a) A multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei.

b) A multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato, aplicada após regular processo administrativo, não poderá ser descontada da garantia do respectivo contratado.

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado a sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 1 (um) ano.

d) Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

e) A sanção de declaração de idoneidade somente pode ser aplicada pelo Chefe do Poder Executivo.

06. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei Federal nº 12.462/11, poderia ser utilizado pela Prefeitura Municipal de Vitória para licitar:

a) obras e serviços de engenharia para construção, ampliação e reforma de unidades de atendimento socioeducativo e de unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco.

b) ações em órgãos e entidades dedicados à educação, cultura, ciência, à tecnologia e à inovação.

c) obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana ou ampliação de infraestrutura logística.

d) obras de infraestrutura e de contratação de serviços para os aeroportos das capitais de todos os Estados da Federação.

e) obras de infraestrutura de pavimentação de vias e microdrenagem, de iluminação pública ou de melhoria da mobilidade urbana, integrantes ou não do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

07. No que se refere à desapropriação, é correto afirmar:

- a) A desapropriação por utilidade pública e interesse social deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará.
- b) A declaração de utilidade pública e a promoção das desapropriações somente far-se-á por decreto do Presidente da República, Governador, Interventor ou Prefeito.
- c) Cabe ao Poder Judiciário, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública.
- d) Ao imóvel desapropriado para implantação de parcelamento popular, destinado às classes de menor renda, não se dará outra utilização nem haverá retrocessão.
- e) O Poder Legislativo não poderá tomar a iniciativa da desapropriação, sem prévia autorização do Poder Executivo, mediante decreto.

08. Acerca do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar:

- a) Os prazos prescricionais previstos no artigo 142 da Lei 8.112/90 iniciam-se na data em que a autoridade competente para a abertura do procedimento administrativo tomar conhecimento do fato, interrompendo-se com o primeiro ato de instauração válido, sindicância de caráter punitivo ou processo disciplinar, e volta a fluir por inteiro após decorridos 100 dias desde a interrupção.
- b) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder disciplinar imposto à Administração.
- c) As irregularidades apontadas no processo disciplinar devem afetar as garantias do devido processo legal para justificarem a anulação deste, dependendo, portanto, da efetiva demonstração de prejuízos à defesa do servidor,

segundo o princípio da instrumentalidade das formas.

- d) Às infrações disciplinares também capituladas como crime não serão aplicados os prazos de prescrição previstos na lei penal, caso os fatos não tenham sido objeto de apuração na esfera criminal.
- e) É vedada a aplicação da Lei nº 9.784/99, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, aos estados e municípios, em razão da autonomia dos entes federativos.

09. Com relação à concessão e permissão da prestação de serviços públicos, é correto afirmar:

- a) A concessão de serviço público representa a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.
- b) A permissão de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- c) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, individualidade, cortesia na sua prestação e modicidade das taxas.
- d) Não configura descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de calamidade pública, emergência, grave perturbação da ordem ou, ainda, após prévio aviso, quando motivada por razões de inadimplemento do usuário, falta justificada de pessoal ou greve.
- e) Toda concessão de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

10. Com relação à responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, é correto afirmar:

a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

b) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

c) A pessoa jurídica será responsabilizada a depender da responsabilização individual das pessoas naturais, segundo a teoria da dupla imputação.

d) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.

e) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão subsidiariamente responsáveis pela prática dos atos lesivos, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

DIREITO CONSTITUCIONAL

11. De acordo com as classificações das Constituições, assinale a alternativa correta.

a) A Constituição da República Federativa do Brasil é eclética, uma vez que foi elaborada por representantes legítimos do povo.

b) A Constituição da República Federativa do Brasil pode ser considerada democrática, pois é fundada em valores plurais.

c) A Constituição da República Federativa do Brasil é formal, considerando que seu processo de alteração é mais difícil do que o relacionado às leis em geral.

d) A Constituição da República Federativa do Brasil classifica-se como analítica, porque ultrapassa os princípios básicos e traz um maior detalhamento de outros assuntos.

e) A Constituição da República Federativa do Brasil é tida por rígida, porque é constituída de um documento solene.

12. Historicamente, os direitos passaram a ser garantidos nos ordenamentos jurídicos de forma gradual. Com o tempo, os estudiosos classificaram tais direitos em gerações/dimensões, tradicionalmente a 1ª geração, a 2ª geração e a 3ª geração. Esta última possui natureza supraindividual e titularidade difusa, tendo como exemplo o direito:

a) a vida.

b) ao meio ambiente.

c) a propriedade.

d) a saúde.

e) a educação.

13. Considere

I. O mandado de injunção tem por objetivo sanar a falta de norma regulamentadora que torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

II. Em relação ao mandado de injunção intentado para sanar omissão legislativa referente ao direito de greve do servidor público, o STF adotou a teoria concretista geral, determinando a aplicação da lei de greve da iniciativa privada no que for cabível enquanto não for criada a lei pertinente.

III. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há menos de 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

IV. A norma regulamentadora superveniente produzirá efeitos ex nunc em relação aos beneficiados por decisão transitada em julgado, salvo se a aplicação da norma editada lhes for mais favorável.

Segundo a Constituição Federal e a jurisprudência do TSE, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e IV.
- e) I, II, III e IV.

14. Acerca da associação profissional ou sindical prevista na Constituição Federal e no entendimento sumulado do STF, assinale a alternativa incorreta.

- a) A lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- b) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato.
- c) A contribuição confederativa para custeio do sistema confederativo e de representação sindical de categoria profissional, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo.
- d) O aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- e) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.

15. De acordo com a Constituição Federal, a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mediante:

- a) mandado de segurança coletivo.
- b) habeas data, mandado de segurança e plebiscito.
- c) mandado de segurança coletivo, referendo e iniciativa popular.
- d) referendo, mandado de segurança e habeas corpus.
- e) plebiscito, referendo e iniciativa popular.

16. Em relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, julgue alternativa correta.

- a) Brasília é a capital do Distrito Federal.
- b) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação ou transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão regulamentadas por decreto do Presidente da República.
- c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) É vedado à União estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a subvenção à religião predominantemente professada no país, segundo dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.
- e) É permitido à União criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

17. Em relação as competências previstas na Constituição Federal, marque a assertiva incorreta:

- a) Compete à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- b) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre trânsito e transporte.
- c) Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

d) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural

e) Compete à União administrar as reservas cambiais do País e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada.

18. Nos termos da Constituição Federal:

a) Compete privativamente ao Senado Federal proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

b) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

c) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

d) Compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio do Senado Federal, a direção superior da administração federal

e) Compete privativamente ao Presidente da República dispor, mediante decreto, sobre a organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

19. Sobre as garantias e vedações aos juízes, marque a alternativa incorreta.

a) Aos juízes é permitido exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração, exceto em

ações contra o Estado da circunscrição do tribunal.

b) Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.

c) Os juízes possuem a garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

d) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

e) Os juízes possuem e garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.

20. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa incorreta.

a) Ao Supremo Tribunal Federal cabe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República.

b) São legitimados para propositura da ação direta de inconstitucionalidade a Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

c) Comumente chamada de mandado de injunção, a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, é concedida na falta de regra regulamentadora que impossibilite o exercício de direitos fundamentais ou de prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania ou à cidadania.

d) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.

e) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Sobre a litigância de má-fé, analise as seguintes assertivas:

I. De acordo com o STJ, a condenação por litigância de má-fé implica revogação do benefício da assistência judiciária gratuita.

II. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente, alcançando, inclusive, membros do MP, Defensoria e Juiz.

III. é uma punição processual que depende de provocação judicial;

IV. pode ser aplicada para o caso de pessoas que apresentam reconvenção contra texto expresso da lei.

A opção que traz a informação correta é:

- a) estão erradas somente as opções I e III
- b) está correta apenas a IV.
- c) estão corretas as afirmativas II e IV
- d) somente a III está errada
- e) estão corretas I e IV.

22. Com relação à Assistência, considere:

I. A assistência será admitida em qualquer procedimento, até a prolação da sentença.

II. Na assistência simples, sendo revel o assistido, o assistente será considerado revel também.

III. Assistência simples obsta que a parte principal reconheça a procedência do pedido, desista da ação ou renuncie ao direito sobre o que se funda a ação.

IV. Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma apenas em

- a) II, III e IV
- b) I, II e III.
- c) IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

23. Assinale a alternativa correta a respeito da liquidação de sentença.

a) Para impugnar a decisão que julgar a liquidação de sentença, pode-se empregar tanto o agravo de instrumento quanto a apelação, sendo possível a aplicação do princípio da fungibilidade recursal nesse caso.

b) Não é possível que o magistrado, na fase de liquidação de sentença por arbitramento, acolha as conclusões periciais fundadas em presunções e deduções para a quantificação do prejuízo sofrido pelo credor a título de lucros cessantes.

c) José foi vítima de infecção hospitalar. O juiz condenou o hospital a pagar todas as despesas que ele já teve por conta da moléstia, bem como as que ainda terá após a sentença. Nesse caso, a liquidação poderá ser feita por cálculo aritmético ou por arbitramento, à escolha do credor.

d) A liquidação por cálculo aritmético é feita pelo próprio credor, ao requerer o cumprimento de sentença, não constituindo uma fase específica do procedimento ordinário.

e) Entende-se que a realização da liquidação de forma diversa da indicada na sentença ofende a coisa julgada.

24. De acordo com o Novo Código de Processo Civil, ambos os cônjuges serão necessariamente citados para as seguintes ações:

- I) Ação fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família.
- II) Ação resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles.
- III) Ação que verse sobre direito real imobiliário, exceto quando casados sob o regime de comunhão universal de bens.
- IV) Ação que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.

Estão incorretos os itens:

- a) I e II.
- b) Apenas o item III.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Apenas o item IV.

25. Assinale a alternativa correta:

- a) a fraude contra credores pode ser discutida por meio de embargos de terceiro.
- b) a fraude à execução não configura ato atentatório à dignidade da justiça.
- c) da mesma forma como dispunha o CPC de 1973, o NCPC não exige que o juiz intime o terceiro da alegação de fraude à execução, pelo que somente depois do ato de constrição judicial do bem é que haverá abertura de prazo para oposição de eventuais embargos de terceiro.
- d) mesmo sem citação válida, haverá fraude à execução se, quando o devedor alienou ou onerou o bem, o credor já havia realizado a averbação da execução nos registros públicos.
- e) no caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o exequente terá de provar a má-fé do adquirente.

26. A respeito da atuação da fazenda pública em juízo, assinale a alternativa incorreta:

a) Não é cabível ação rescisória contra decisão do Presidente do STJ proferida em Suspensão de Liminar e de Sentença, mesmo que transitada em julgado.

b) Os entes da Federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

c) Em ação possessória entre particulares é cabível o oferecimento de oposição pelo ente público, alegando-se incidentalmente o domínio de bem imóvel como meio de demonstração da posse.

d) Incidem os juros de mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição de pequeno valor (RPV) ou do precatório.

e) em um precatório apresentado pelo Presidente do Tribunal em 20/06/2020 e pago pelo Poder Público até o dia 31/12/2021 haverá a incidência de juros de mora, com base no índice IPCA-E, sobre o referido período.

27. Com relação aos efeitos recursais, assinale a correta:

a) O Efeito obstativo não impede a preclusão da decisão impugnada e, conseqüentemente, sua execução definitiva.

b) Efeito suspensivo impede a produção imediata dos efeitos da decisão que se quer impugnar, mas a regra em nosso sistema é a de que os recursos não impedem a eficácia da decisão.

c) Efeito regressivo estabelece que a decisão proferida no recurso (juízo ad quem) substituirá a decisão recorrida.

d) Efeito translativo é a possibilidade de o Tribunal julgar matérias de ordem pública, que, por serem conhecidas de ofício, não prescindem de manifestação da parte.

e) Efeito expansivo não gera a possibilidade de a decisão do recurso atingir matérias não impugnadas ou de atingir sujeitos que não participaram como partes no recurso.

28. Assinale a alternativa que traz uma hipótese de nulidade processual.

a) No erro de forma do processo, mesmo sendo praticados os atos que forem necessários a fim de se observarem as prescrições legais.

b) No caso de improcedência liminar da ação, a ausência de citação anterior à sentença.

c) A declaração pelo magistrado de suspeição por motivo superveniente, que acarretará em nulidade de todo o processo.

d) Ausência de publicação em processo onde constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.

e) O ajuizamento de ação de execução depois verificada a ocorrência de condição ou termo

29. Sobre o mandado de segurança, assinale a incorreta:

a) Equiparam-se às autoridades, para sofrer impetração de mandado de segurança, os representantes e órgãos de partidos políticos, os administradores de autarquias e os dirigentes de escolas particulares no exercício de suas funções delegadas e os dirigentes de empresas públicas no que disser respeito a todas as suas atribuições.

b) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo, mas essa regra, segundo a jurisprudência do STF e do STJ, não se aplica em se tratando de decisão teratológica, ou se o impetrante for terceiro que não integrou a lide.

c) Cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.

d) Constitui crime de desobediência o não cumprimento das decisões proferidas em mandado de segurança.

e) Controvérsia sobre matéria de direito não impede concessão de mandado de segurança;

30. Acerca dos Juizados Estaduais, marque a alternativa correta:

a) O Juizado Especial Cível é competente para o processamento e o julgamento de ação proposta por associação de moradores visando à cobrança de taxas de manutenção de loteamento em face de morador não associado.

b) A ação de despejo para uso próprio não pode ser proposta nos Juizados Especiais Cíveis;

c) Em sede de competência dos juizados cíveis é cabível o processamento de ações de estado, desde que tenham cunho patrimonial e este não exceda o limite de 40 salários mínimos.

d) Qualquer que seja a natureza da ação de reparação, processando-se nos Juizados Especiais Cíveis o foro competente será apenas o do local do fato.

e) O insolvente civil poderá cobrar créditos que por ventura faça jus através dos Juizados Especiais Cíveis, desde que respeite os limites material e financeiro daquele foro.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária podem ser reguladas por lei ordinária.

b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.

c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

d) É constitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.

e) É inconstitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliário.

32. Julgue os itens a seguir:

i) A capacidade contributiva relativa (ou subjetiva) determina que, ao criar uma norma tributária, a lei deve levar em consideração circunstâncias que efetivamente denotem a existência de capacidade econômica do contribuinte.

ii) A capacidade contributiva absoluta (ou objetiva) diz respeito à medida da tributação. Tem como objetivo estabelecer parâmetros sobre a intensidade do poder de tributar.

iii) Os impostos sempre devem ter caráter pessoal, sob pena de ofensa ao princípio da capacidade contributiva.

a) Todos os itens estão corretos.

b) Nenhum dos itens está correto.

c) Apenas os itens i e ii estão corretos

d) Apenas os itens ii e iii estão corretos.

e) Apenas o item iii está correto.

33. Assinale a alternativa correta:

a) A União não pode estabelecer isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos municípios, salvo em caso de calamidade pública ou guerra externa.

b) Excepcionalmente, desde que aprovado por 2/3 do Congresso Nacional, em dois turnos, é possível à União isentar tributos de competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

c) Os Estados-Membros da Federação podem estabelecer isenções de tributos municipais quando a Constituição Estadual assim o autorize.

d) É inconstitucional um tratado internacional que conceda isenções de tributos da competência dos Estados e dos Municípios.

e) É constitucional Lei Complementar da União que exclua a incidência do ISSQN sobre exportações de serviços para o exterior.

34. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) É constitucional a fixação de alíquota progressiva para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação.

b) É compatível com a Constituição Federal a norma infraconstitucional que atribui a órgão integrante do Poder Executivo da União a faculdade de alterar as alíquotas do Imposto de Exportação.

c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.

d) Declarada inconstitucional a progressividade de alíquota tributária do IPTU, é devido o tributo calculado pela alíquota mínima correspondente, de acordo com a destinação do imóvel.

e) A lei tributária que possibilita que um ato normativo fixe o valor de uma taxa viola necessariamente o princípio da legalidade tributária.

35. Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do STF:

a) A imunidade tributária recíproca não exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

b) Os serviços prestados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, inclusive aqueles em que a empresa não age em regime de monopólio, estão abrangidos pela imunidade tributária recíproca

c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de fato, mas não na de contribuinte de direito.

d) A imunidade tributária constante do art. 150, VI, d, da CF/88 aplica-se ao livro eletrônico (e-book), inclusive aos suportes exclusivamente utilizados para fixá-lo.

e) Os bens e direitos que integram o patrimônio do fundo vinculado ao Programa de Arrendamento Residencial - PAR, criado pela Lei 10.188/2001, beneficiam-se da imunidade tributária prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal.

36. Assinale a alternativa incorreta.

- a) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.
- b) A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, responde pelos tributos devidos até a data do ato, desde que continue a explorar o negócio sob a mesma razão social ou sob a mesma firma ou nome individual.
- c) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.
- d) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- e) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

37. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O benefício da denúncia espontânea não se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo
- b) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.
- c) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.
- d) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, ainda quando

praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

e) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, dois são os fundamentos que justificam a existência do instituto da denúncia espontânea: o primeiro é de ordem ética, por valorizar o comportamento de quem espontaneamente regulariza sua situação junto ao fisco; o segundo fundamento é econômico, pela redução dos custos incorridos pela administração tributária na fiscalização das atividades dos contribuintes.

38. Sobre a legislação tributária, assinale a alternativa incorreta:

- a) A legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União.
- b) A legislação tributária se aplica imediatamente aos fatos geradores pendentes.
- c) A lei aplica-se a ato ou fato pretérito, em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, sendo garantida a diminuição, pela metade, da multa aplicada em decorrência de infração dos dispositivos interpretados;
- d) A lei tributária não pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, para definir ou limitar competências tributárias.
- e) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.

39. Sobre as contribuições de melhoria, julgue os itens a seguir:

I) A competência tributária para instituir contribuições de melhoria é comum, ou seja, pode ser exercida por todas as entidades federativas.

II) A contribuição de melhoria pode ser instituída para custear obras de recapeamento asfáltico, sendo desnecessário, nesse caso específico, a demonstração da valorização imobiliária.

III) O valor da contribuição de melhoria deve observar como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

- a) Apenas a afirmativa do item I está correta.
- b) As afirmativas dos itens I e II estão corretas.
- c) As afirmativas dos itens I e III estão corretas.
- d) As afirmativas dos itens II e III estão corretas.
- e) Apenas a afirmativa do item III está correta.

40. Julgue os itens a seguir:

I) Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei complementar específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

II) a isenção pode ser concedida por prazo certo ou por prazo indeterminado. No primeiro caso, a isenção só vale pelo período determinado pela legislação; no segundo, até que a norma isentiva seja modificada.

III) A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Nenhuma das afirmativas está correta.

- c) Apenas a afirmativa do item I está correta.
- d) Apenas a afirmativa do item II está correta.
- e) As afirmativas II e III estão corretas.

DIREITO AMBIENTAL

41. Para o Supremo Tribunal Federal-STF, o meio ambiente compreende:

- a) artificial, histórico, natural e do trabalho.
- b) cultural, natural e biológico.
- c) natural, histórico e biológico.
- d) natural, histórico, artificial e do trabalho.
- e) cultural, artificial, natural e do trabalho.

42. A frase “evitar a privatização dos lucros e a socialização de perdas” está associada ao princípio ambiental do:

- a) poluidor-pagador.
- b) desenvolvimento sustentável.
- c) ubiquidade.
- d) protetor-recebedor.
- e) usuário-pagador.

43. O governo federal pretende instalar no Estado do Espírito Santo, mais precisamente no Município de Vitória, uma usina que opera com reator nuclear. Essa localização do empreendimento deve ser aprovada por Lei:

- a) da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.
- b) do Congresso Nacional.
- c) da Câmara Municipal de Vitória.
- d) do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.
- e) do Congresso Nacional e da Câmara Municipal de Vitória.

Simulado PGM - Vitória – 07/03

44. Marcos é proprietário de um imóvel rural de 100 hectares de vegetação nativa no Município de Vitória, no Estado do Espírito Santo, e pretende efetuar a supressão de vegetação para o plantio de soja. A máxima quantidade permitida, de acordo com o Código Florestal, que poderá ser autorizada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente-SEMMAM, como regra, é de:

- a) 20 hectares
- b) 40 hectares
- c) 60 hectares
- d) 70 hectares
- e) 80 hectares

45. No que tange a teoria da dupla imputação para caracterização da responsabilidade penal da pessoa jurídica referente aos crimes ambientais, é correto afirmar que o Supremo Tribunal Federal, hodiernamente:

- a) entende necessário o condicionamento da ação penal à identificação e à persecução concomitante da pessoa física.
- b) superou esse entendimento, mas sendo absorvida a pessoa física, será causa de diminuição de pena à pessoa jurídica.
- c) segue a tese de que a Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa.
- d) entende que a identificação dos setores e agentes internos da empresa determinantes da produção do fato ilícito tem relevância e deve ser buscada no caso concreto como forma de esclarecer se esses indivíduos ou órgãos atuaram ou deliberaram no exercício regular de suas atribuições internas à sociedade, e ainda para verificar se a atuação se deu no interesse ou em benefício da entidade coletiva para a necessidade de dupla imputação.
- e) subordina a responsabilização da pessoa jurídica à responsabilização conjunta e cumulativa das pessoas físicas envolvidas.

46. De acordo com o Código Municipal De Meio Ambiente, Lei 4.438/1997, não é considerada uma zona ambiental do Município de Vitória:

- a) Zonas de Unidades de Conservação - ZUC
- b) Zonas de Proteção Ambiental - ZPA
- c) Zonas de Proteção Paisagística - ZPP
- d) Zonas de Recuperação Ambiental - ZRA
- e) Zonas de Proteção Urbanística - ZPU

47. No que tange ao processo ambiental sancionador previsto no Código Municipal de Meio Ambiente do Município de Vitória, os prazos para impugnação do auto de infração (contados da intimação) e para decisão do Conselho Municipal do Meio ambiente – CODEMA, em grau de recurso, são, respectivamente, em dias, de :

- a) 20 e 45
- b) 10 e 30
- c) 20 e 30
- d) 10 e 20
- e) 20 e 60

48. É competência da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Vitória - SEMMAM:

- a) elaborar a carta acústica do Município de Vitória.
- b) conhecer dos processos de licenciamento ambiental do Município.
- c) acompanhar a análise e decidir sobre os EPIA/RIMA.
- d) propor a criação de unidade de conservação.
- e) decidir em última instância administrativa sobre recursos relacionados a atos. e penalidades aplicadas pela SEMMAM.

49. Conforme previsto expressamente na Constituição Federal, é competência material exclusiva dos Municípios:

- a) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- b) legislar sobre assuntos de interesse local.
- c) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- d) explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- e) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

50. Uma empresa pretende desenvolver uma determinada atividade de extração de produto vegetal em uma unidade de conservação de uso sustentável no município de Vitória. Foi realizado pedido de licenciamento ambiental perante a Secretaria do Meio Ambiente-SEMMAM. Após análise do pedido, o órgão ambiental exigiu que o empreendedor procedesse à elaboração do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório como condição para o desenvolvimento da atividade considerando ser potencialmente causadora de significativo impacto ambiental à unidade de conservação. Nessa hipótese, a realização de audiência pública pela SEMMAM:

- a) é obrigatória, em qualquer hipótese.
- b) é discricionária, em qualquer hipótese.
- c) é obrigatória, se requerida pelo órgão ambiental estadual.
- d) é discricionária como regra.
- e) é obrigatória quando requerida pelo órgão ambiental federal competente.

DIREITO URBANÍSTICO

51. Nos termos da jurisprudência do STJ, sobre o direito urbanístico, é correto afirmar:

- a) A Administração é subsidiariamente responsável, nos termos da Lei 6.938/1981, por

danos urbanístico-ambientais decorrentes da omissão do seu dever de controlar e fiscalizar, na medida em que contribua, direta ou indiretamente, tanto para a degradação ambiental em si mesma, como para o seu agravamento.

b) As infrações ao meio ambiente são de caráter continuado, motivo pelo qual as ações de pretensão de cessação dos danos ambientais decorrentes de loteamento irregular são prescritíveis.

c) O Município é titular do dever de regularizar loteamentos clandestinos ou irregulares, inclusive em relação às parcelas do loteamento irregular ainda não ocupadas.

d) O Município tem o poder-dever de agir para fiscalizar e regularizar loteamento irregular, pois é o responsável pelo parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, atividade essa que é vinculada, e não discricionária.

e) No campo ambiental-urbanístico, vale a norma contemporânea ao julgamento da causa, dispensando-se a mais rigorosa vigente à época dos fatos.

52. De acordo com a Constituição Federal, a respeito da Política Urbana, é correto afirmar:

a) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

b) O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, se casados ou conviventes em união estável.

c) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento.

d) Os imóveis públicos dominicais serão adquiridos por usucapião.

e) O direito à usucapião poderá ser reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

53. De acordo com o Estatuto da Cidade, não constitui instrumento da política urbana:

- a) planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.
- b) ordenação e controle do uso do solo.
- c) planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
- d) planejamento municipal, em especial, o plano diretor.
- e) institutos jurídicos e políticos.

54. De acordo com as normas previstas no Estatuto da Cidade, assinale a alternativa correta:

- a) As áreas urbanas com mais de duzentos e cinquenta metros quadrados, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, onde não for possível identificar os terrenos ocupados por cada possuidor, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.
- b) Para fins de usucapião especial coletivo, o possuidor não pode acrescentar sua posse à de seu antecessor.
- c) Na usucapião especial coletiva, o condomínio especial constituído é indivisível, não sendo passível de extinção, salvo deliberação favorável tomada por, no mínimo, metade dos condôminos, no caso de execução de urbanização posterior à constituição do condomínio.
- d) Na usucapião especial coletiva, as deliberações relativas à administração do condomínio especial serão tomadas por maioria de votos dos condôminos presentes, mas sem obrigar os demais, discordantes ou ausentes.
- e) A usucapião especial coletiva de imóvel urbano será declarada pelo juiz, mediante sentença, a qual servirá de título para registro no cartório de registro de imóveis.

55. Sobre os contratos previstos na Lei 6.766/79, é correto afirmar:

- a) São retratáveis os compromissos de compra e venda, cessões e promessas de cessão, os que atribuam direito a adjudicação compulsória e, estando registrados, confirmam direito real oponível a terceiros.
- b) Os compromissos de compra e venda, as cessões ou promessas de cessão deverão ser feitos obrigatoriamente por escritura pública.
- c) O contrato deverá ser firmado em 2 (duas) vias ou extraídas em 2 (dois) traslados, sendo um para cada parte.
- d) Os contratos de compra e venda, cessão ou promessa de cessão de loteamento devem ser iniciados por quadro-resumo.
- e) É vedado o contrato firmado por procurador de qualquer das partes.

56. Com relação à Política Nacional de Mobilidade Urbana, é correto afirmar:

- a) Considera-se mobilidade urbana o conjunto dos modos e serviços de transporte público e privado utilizados para o deslocamento de pessoas e cargas nas cidades integrantes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- b) Considera-se transporte público coletivo a facilidade disponibilizada às pessoas que possibilite a todos autonomia nos deslocamentos desejados, respeitando-se a legislação em vigor
- c) Considera-se transporte público coletivo o serviço público de transporte de passageiros acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público.
- d) Considera-se transporte público individual o serviço de transporte de passageiros não aberto ao público para a realização de viagens com características operacionais exclusivas para cada linha e demanda.
- e) Considera-se transporte urbano a condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano.

Simulado PGM - Vitória - 07/03

57. Com relação às normas que regulam o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, é correto afirmar:

a) O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações urbanas, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais).

b) O Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR tem por objetivo promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis rurais, desde 14 de abril de 2009.

c) O Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU tem como finalidade subsidiar a produção ou reforma de imóveis para agricultores familiares e trabalhadores rurais, por intermédio de operações de repasse de recursos do orçamento geral da União ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, desde 14 de abril de 2009.

d) Nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do FAR e do FDS, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do FGTS.

e) Os contratos e registros efetivados no âmbito do PMCMV serão formalizados sempre em nome da mulher.

58. De acordo com o Estatuto da Metrôpole, a governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas observará as seguintes diretrizes específicas, exceto:

a) implantação de processo permanente e compartilhado de planejamento e de tomada de decisão quanto ao desenvolvimento urbano e às

políticas setoriais afetas às funções públicas de interesse comum.

b) estabelecimento de meios compartilhados de organização administrativa das funções públicas de interesse comum.

c) compartilhamento de responsabilidades e de gestão para a promoção do desenvolvimento urbano integrado.

d) estabelecimento de sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.

e) execução compartilhada das funções públicas de interesse comum, mediante rateio de custos previamente pactuado no âmbito da estrutura de governança interfederativa.

59. Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos, exceto:

a) as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem.

b) os lotes terão área mínima de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, salvo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.

c) ao longo das faixas de domínio público das rodovias, a reserva de faixa não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado poderá ser reduzida por lei municipal ou distrital que aprovar o instrumento do planejamento territorial, até o limite mínimo de 5 (cinco) metros de cada lado.

d) as vias de loteamento deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, e harmonizar-se com a topografia local.

e) ao longo das águas correntes e dormentes e da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não edificável de, no mínimo, 10 (dez) metros de cada lado.

60. Nos termos do Código de Posturas e de atividades urbanas do Município de Vitória, é correto afirmar:

a) O exercício de atividade ou uso de bem que configure postura municipal independe de prévio licenciamento.

b) O proprietário do imóvel, o responsável pelo condomínio, o usuário e o responsável pelo uso que se apresentarem ao município na qualidade de requerentes, respondem civil e criminalmente pela veracidade dos documentos e informações apresentadas ao município, implicando sua aceitação em reconhecimento do direito de propriedade, posse, uso ou obrigações pactuadas entre as partes relativas ao imóvel, bem ou atividade.

c) O alvará de autorização de uso é um ato unilateral, discricionário e de caráter precário devendo ser aplicado para atividades de maior relevância de interesse exclusivo de particulares.

d) Todo estabelecimento com atividade comercial, industrial, prestador de serviços, localizado em áreas particulares ou públicas somente poderá funcionar com o respectivo alvará de localização e funcionamento emitido pela administração, concedido previamente a requerimento dos interessados.

e) O alvará de permissão de uso é vinculado e de caráter precário devendo ser aplicado para atividades que também sejam de interesse da coletividade.

DIREITO DO TRABALHO

61. Em relação aos entendimentos consolidados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) acerca do trabalho por empreitada, assinale a alternativa correta:

a) o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro enseja a responsabilidade solidária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, por incidência do princípio da proteção ao obreiro hipossuficiente.

b) o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro enseja a responsabilidade subsidiária nas obrigações

trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, por aplicação do princípio da norma mais favorável.

c) se houver inadimplemento das obrigações trabalhistas contraídas por empreiteiro que contratar, sem idoneidade econômico-financeira, o dono da obra responderá subsidiariamente por tais obrigações, inclusive se este for ente da administração pública.

d) o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, desde que este seja pessoa física ou micro e pequena empresa.

e) o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.

62. Em relação aos entendimentos consolidados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e ao regramento constitucional acerca da contratação de empregados públicos, assinale a alternativa correta:

a) a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, restrição que não se aplica à contratação de empregados públicos.

b) a contratação de servidor público sem prévia aprovação em concurso público, a despeito de inconstitucional, assegura o direito ao pagamento da contraprestação pactuada, do aviso prévio, da gratificação natalina proporcional e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

c) a contratação de servidor sem prévia aprovação em concurso público, a despeito de inconstitucional, assegura a manutenção do vínculo empregatício, por força do princípio da continuidade da relação de emprego.

d) apesar de a contratação de empregado público sem concurso ser considerada inconstitucional, havendo a privatização da empresa estatal, a referida avença pode ser objeto de convalidação.

e) a contratação de empregado público sem concurso padece de vício insanável, não se admitindo sanatória, em qualquer hipótese.

63. Sobre as nulidades no contrato de trabalho, assinale a alternativa correta:

a) A contratação de menor de dezoito anos para o desempenho de atividade insalubre é considerada hipótese de trabalho ilícito.

b) Considera-se trabalho proibido o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a irregularidade de seu objeto.

c) Mesmo diante do preenchimento dos requisitos do art. 3º da CLT, é ilegítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada.

d) A validade da contratação de um aprendiz depende da celebração de contrato de trabalho por escrito.

e) Por força do princípio da proteção, a contratação de apontador de jogo do bicho não retira do obreiro a proteção juslaboral.

64. Não é considerada hipótese ensejadora da dispensa com justa causa do empregado:

a) mau procedimento.

b) incontinência de conduta.

c) atos de indisciplina ou insubordinação.

d) violação de segredo da empresa.

e) tratamento com rigor excessivo.

65. Ao mesmo tempo que a Constituição Federal limita a duração da jornada normal de trabalho, torna possível as compensações de jornada. A este respeito, assinale a alternativa incorreta nos termos previstos na Consolidação das leis do Trabalho (CLT):

a) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, ainda que tácito, para a compensação no mesmo mês.

b) É lícito o estabelecimento de banco de horas por meio de acordo individual escrito, nas situações em que a compensação ocorrer dentro do módulo de seis meses.

c) É lícito o estabelecimento de banco de horas por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho, nas situações em que a compensação observar o período máximo de um ano.

d) A prestação de horas extras habituais não descaracteriza o acordo de compensação de jornada ou o banco de horas.

e) Ocorrendo a rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, o trabalhador terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data em que foram prestadas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

66. Analise as proposições abaixo:

I - Quanto aos recursos no Processo Judiciário do Trabalho, conforme normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho: O agravo de petição só será recebido quando o agravante delimitar, justificadamente, as matérias e os valores impugnados, permitida a execução imediata da parte remanescente até o final, nos próprios autos ou por carta de sentença.

II - Eliane move reclamação trabalhista em face da sua ex-empregadora Empresa XYZ Ltda. e a Concessionária de Veículos ABC Ltda., sendo esta a tomadora de seus serviços terceirizados. Encerrada a instrução processual, foi proferida sentença, julgando procedente em parte a ação e condenando a Concessionária como responsável subsidiária no pagamento das verbas deferidas à reclamante, que não obteve êxito em seu pedido de danos morais. No tocante aos prazos processuais e já esgotado o prazo para interposição de Embargos de Declaração, segundo jurisprudência do TST, bem como o disposto pela Lei nº 13.467/2017, todos possuem prazo comum de oito dias úteis para interposição de Recurso Ordinário, não importando a existência de litisconsórcio passivo, com procuradores distintos.

III - A Empresa ASDF, insatisfeita com a sentença que julgou parcialmente procedente na reclamação trabalhista movida por Tício, interpôs Recurso Ordinário no quinto dia de seu prazo. No oitavo dia, pagou e protocolizou petição juntando as guias de custas processuais e da efetivação do depósito recursal, com os valores corretos. Neste caso, e de acordo com o entendimento sumulado do TST, o Recurso Ordinário será recebido, uma vez que o depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso, sendo que a interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

- a) Estão erradas as assertivas I e II
- b) Estão erradas as assertivas I e III
- c) Estão erradas as assertivas II e III
- d) Apenas a assertiva II está correta
- e) Todas as assertivas estão corretas

67. Em relação à competência da Justiça do Trabalho, segundo a Constituição da República, a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as Súmulas da Jurisprudência Uniforme do Tribunal Superior do Trabalho, para as ações que atualmente venham a ser ajuizadas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.
- b) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação ajuizada por empregado em face de empregador relativa ao cadastramento no Programa de Integração Social.
- c) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores.
- d) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores.

e) Julgar ação penal de crime de redução à condição análoga de escravo.

68. Em relação aos atos processuais, prevê a CLT que:

- a) sua realização ocorre nos dias úteis, das 6 (seis) às 22 (vinte e duas) horas.
- b) sua realização ocorre nos dias úteis, das 8 (oito) às 20 (vinte) horas.
- c) a penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- d) a penhora não poderá realizar-se em domingo ou dia feriado.
- e) as audiências dos órgãos da Justiça do Trabalho serão públicas e realizar-se-ão entre 6 (seis) e 20 (vinte) horas, não podendo ultrapassar 5 (cinco) horas seguidas, salvo quando houver matéria urgente.

69. Considere as seguintes decisões:

- I. Que homologa a desistência da ação.
 - II. Que indefere a petição inicial.
 - III. Que acolhe exceção de incompetência com remessa dos autos para Tribunal Regional distinto.
 - IV. Que concede tutela provisória antes da sentença.
- Caberá Recurso Ordinário contra as decisões mencionadas APENAS em
- a) I e II.
 - b) I, III e IV.
 - c) II e IV.
 - d) I, II e III.
 - e) III e IV.

70. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Sobre a execução no processo do trabalho, considerando entendimento sumulado do Tribunal Superior do Trabalho: Devendo o agravo de petição delimitar justificadamente a matéria e os valores objeto de discordância, não fere direito líquido e certo o prosseguimento da execução quanto aos tópicos e valores não especificados no agravo.
- b) Os embargos à execução são processados nos mesmos autos da execução, podendo haver audiência para produção de provas com oitiva de testemunhas arroladas pelas partes. Não sendo arroladas testemunhas, o juiz proferirá sua decisão dentro de cinco dias.
- c) No caso de ação coletiva em que sindicato atue como substituto processual na defesa de direitos individuais homogêneos, o entendimento do TST é de que o pagamento individualizado do crédito devido pela fazenda pública aos substituídos não afronta a proibição de fracionamento do valor da execução para fins de enquadramento em pagamentos da obrigação como requisição de pequeno valor.
- d) A execução será promovida pelas partes, permitida a execução de ofício pelo juiz ou pelo Presidente do Tribunal em qualquer caso.
- e) Segundo o STF, o prazo de trinta dias para a fazenda pública embargar a execução é constitucional e não ofende os princípios da isonomia e do devido processo legal.

DIREITO CIVIL

71. Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta:

- a) É anulável o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.
- b) As nulidades dos negócios jurídicos podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.
- c) As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo-lhe permitido supri-las, a requerimento das partes.

d) O negócio jurídico nulo convalesce pelo decurso do tempo.

e) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, inclusive no caso de solidariedade ou indivisibilidade.

72. Os contratos civis e empresariais presumem-se paritários e simétricos até a presença de elementos concretos que justifiquem o afastamento dessa presunção, garantido também que:

- a) a revisão contratual ocorrerá de maneira geral e ilimitada.
- b) a alocação de riscos não pode ser definida pelas partes.
- c) as partes negociantes poderão estabelecer parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais.
- d) deve prevalecer o princípio da intervenção mínima e da constante revisão contratual.
- e) os contratantes devem obedecer apenas na execução do contrato os princípios de probidade e boa-fé.

73. Com relação à responsabilidade civil, é correto afirmar:

- a) A Teoria da perda de uma chance não é adotada no Brasil, diante da inexistência de norma no ordenamento jurídico.
- b) A perda de uma chance, caracterizada pela violação direta da chance concreta, real, consubstancia modalidade autônoma de indenização.
- c) A Teoria da perda de uma chance visa à responsabilização do agente causador de um dano emergente.
- d) A responsabilidade civil pela perda de chance limita-se à categoria de danos extrapatrimoniais.
- e) A teoria da perda de uma chance aplica-se quando o evento danoso acarreta para alguém a frustração da chance de obter um proveito determinado ou de evitar uma perda, exigindo-se a comprovação da existência do dano final.

74. Com relação às servidões, é correto afirmar:

- a) A servidão proporciona utilidade para o prédio dominante, e grava o prédio serviente, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e independe registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- b) O exercício incontestado e contínuo de uma servidão aparente, por quinze anos, autoriza o interessado a registrá-la em seu nome no Registro de Imóveis, valendo-lhe como título a sentença que julgar consumado a usucapião.
- c) As servidões prediais são indivisíveis, e subsistem, no caso de divisão dos imóveis, em benefício de cada uma das porções do prédio dominante, e continuam a gravar cada uma das do prédio serviente, inclusive se, por natureza, ou destino, só se aplicarem a certa parte de um ou de outro.
- d) Nas servidões de trânsito, a de menor inclui a de menor ônus, e a maior exclui a mais onerosa.
- e) Salvo nas desapropriações, a servidão, uma vez registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.

75. É admitido o pedido de reconhecimento da usucapião, processado diretamente perante o cartório do registro de imóveis da comarca em que estiver situado o imóvel usucapiendo, a requerimento do interessado, representado por advogado. Trata-se da denominada:

- a) Usucapião administrativa.
- b) Usucapião ordinária.
- c) Usucapião tabular.
- d) Usucapião extraordinária.
- e) Usucapião especial coletiva.

DIREITO EMPRESARIAL

76. De acordo com a teoria poliédrica de Alberto Asquini:

- a) Segundo o perfil subjetivo, empresa se identifica com a figura do estabelecimento empresarial.
- b) Segundo o perfil funcional, empresa se identifica com o próprio empresário.
- c) Segundo o perfil objetivo, empresa consiste na atividade empresarial.
- d) Segundo o perfil patrimonial, empresa se identifica com a figura do estabelecimento empresarial.
- e) Segundo o perfil institucional, empresa seria uma instituição de empresários.

77. Conforme já pontuado pelo STJ, o nome empresarial tem natureza jurídica de:

- a) Direito da personalidade.
- b) Direito obrigacional.
- c) Direito real.
- d) Direito de propriedade industrial.
- e) Direito autoral.

78. O endosso parcial:

- a) É admitido pelo Código Civil.
- b) É admitido pela Lei do Cheque.
- c) É admitido pela Lei Uniforme de Genebra.
- d) É admitido pelo Decreto nº 2.044/1908.
- e) Não é admitido pela legislação cambial.

79. Assinale a alternativa que identifica corretamente o tipo societário junto a responsabilidade dos seus membros:

a) Na sociedade em comum, obriga-se perante terceiro tão-somente o sócio ostensivo; e, exclusivamente perante este, o sócio participante, nos termos do contrato social.

b) Na sociedade em conta de participação, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, excluído do benefício de ordem aquele que contratou pela sociedade.

c) Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios será limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas.

d) Na sociedade em nome coletivo, todos os sócios respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais.

e) Na sociedade anônima, a responsabilidade de cada acionista é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

80. A Lei de Recuperação e Falência não se aplica, em absoluta, a:

a) Instituição financeira pública.

b) Sociedade operadora de plano de assistência à saúde.

c) Sociedade de economia mista.

d) Sociedade seguradora.

e) Consórcio.

Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PGM-Vitória-07-03-20>

Conheça nossos cursos

Cursos PGM - Guarujá